



O papel do médico-veterinário na caça menor

A profissão Médico-Veterinária contribui para a sociedade atual de múltiplas formas, desde a manutenção da saúde dos animais de companhia e de pecuária, ao diagnóstico laboratorial, à inspeção sanitária que precede o consumo e ao garante da Saúde Pública enquanto consumidores de produtos de origem animal, entre outras. No âmbito da investigação das patologias que mais afetam os animais, os Médicos Veterinários (MV) desenvolvem atividades de investigação nas áreas da prevenção, conservação, controlo, diagnóstico e tratamento de doenças dos animais e na interface de transmissão de doenças animais às pessoas (doenças zoonóticas).

TEXTO: FÁBIO ABADE DOS SANTOS^{1,2}, CARINA CARVALHO¹, TERESA FAGULHA¹, JÉSSICA MONTEIRO¹, JORGE CORREIA², MARGARIDA DUARTE^{1,2}
¹ INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA E VETERINÁRIA, AV. DA REPÚBLICA, QUINTA DO MARQUÊS, 2780-157 OEIRAS
² CENTRO DE INVESTIGAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM SANIDADE ANIMAL (CIISA) DA FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA DE LISBOA, AV. UNIVERSIDADE TÉCNICA, 1300-477 LISBOA
 FOTOS: ISTOCK

Até à década de 50, a mortalidade na vida selvagem era habitualmente atribuída a fatores desfavoráveis de natureza não-infecciosa, como alterações das condições climáticas, escassez de alimento, predação excessiva, perturbações do habitat e uso excessivo ou descontrolado de fitossanitários e agroquímicos. Fruto da continuada falta de interesse dos MVs pelas doenças infecciosas que afetavam a fauna selvagem e silvestre, à exceção de patologias zoonóticas como a raiva que, pela sua gravidade, impunham atenção, esta área foi progressivamente objeto de interesse por parte de outras profissões.

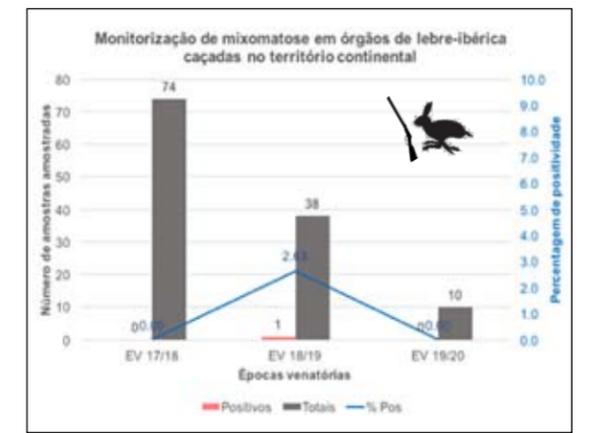
A emergência de doenças com grande impacto no equilíbrio da fauna silvestre, como a mixomatose na década de 50, e doença hemorrágica viral na década de 80, que reduziram abruptamente as populações de coelho-bravo, e de doenças zoonóticas afetando simultaneamente animais e pessoas, como a gripe aviária, a febre do Nilo ocidental, a BSE (encefalopatia espongiiforme dos bovinos) e a leptospirose, ajudaram, contudo, a enfatizar a necessidade do envolvimento dos MV também na sanidade das populações selvagens.

É atualmente incontestável a necessidade de se constituírem equipas multidisciplinares que consigam assegurar toda a cadeia do



LEBRE-IBÉRICA

A lebre-ibérica (*Lepus granatensis*) é um mamífero herbívoro da ordem dos Lagomorfos e família dos Leporídeos, tal como o coelho. A lebre-ibérica é a única espécie de lebre existente em Portugal, estando presente em quase todo o território continental, e a mais abundante em Espanha, onde ocorre sobretudo no Sudoeste. A sua natureza é nervosa, solitária e furtiva. No domínio cinegético, a lebre-ibérica é uma espécie muito apreciada principalmente nas modalidades de caça a corrição e de cetraria. Embora em Portugal não existam dados suportados por censos, verificou-se uma redução das populações de lebre-ibérica nas últimas décadas, que acompanhou o declínio das populações de coelho-bravo. Em 2018 registaram-se surtos de mixomatose em lebre-ibérica, inicialmente em Espanha e depois em Portugal, causando uma onda de mortalidade alarmante nos dois países, que se estima ter levado à diminuição das populações na ordem dos 80%. Recentemente foi detetado e identificado um herpesvírus cujo impacto ainda é desconhecido.



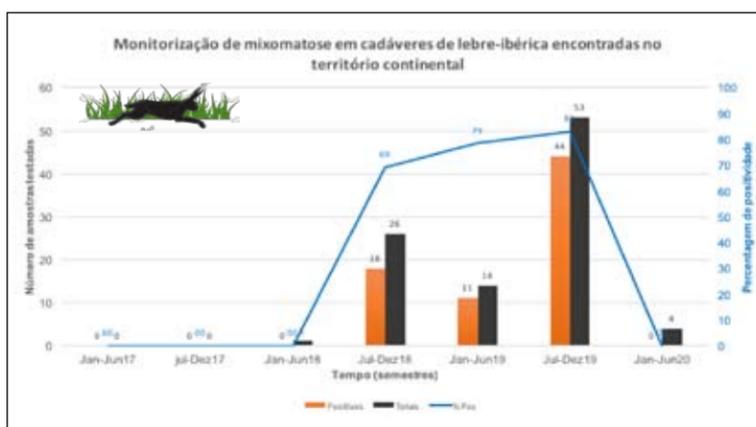
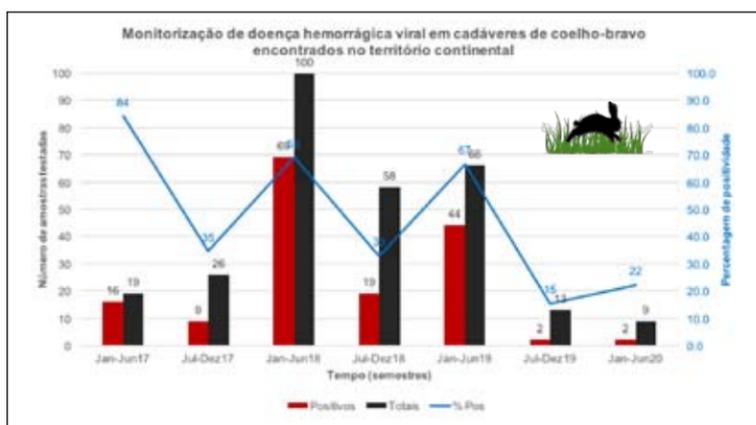
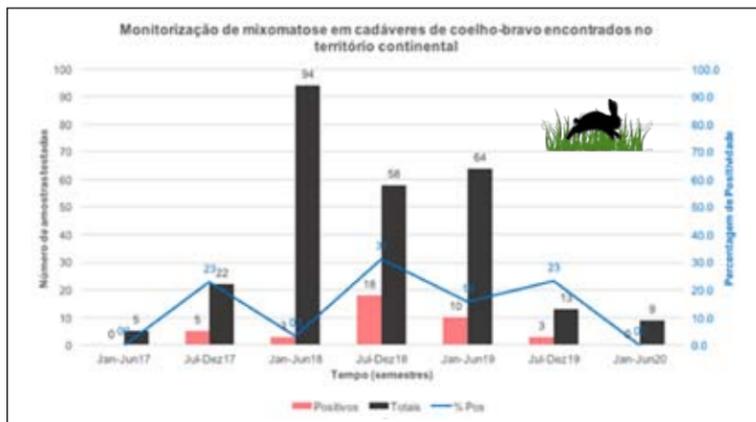
Nos leporídeos caçados (coelhos-bravos e s lebres-ibéricas) durante as três últimas épocas venatórias, a percentagem de animais positivos ao vírus da mixomatose ou ao vírus da doença hemorrágica (no caso dos coelhos) é bastante menor (sempre inferior a <5% por época venatória), confirmando a elevada virulência destes vírus, e a preocupante mortalidade associada às infeções.

processo de avaliação e controlo das doenças das espécies silvestres (monitorização, identificação de sinais de doença, diagnóstico clínico, recolha de amostras, diagnóstico laboratorial) e o desenvolvimento de estratégias e implementação de medidas no terreno. Estas equipas, que integram MVs enquanto responsáveis pela saúde animal, não prescindem do aporte de outras áreas profissionais, nomeadamente de Biólogos para as vertentes ambientais e de genética populacional destes

estudos, e dos Gestores cinegéticos e Caçadores que, enquanto vigilantes do terreno e conhecedores das espécies silvestres e das suas dinâmicas e necessidades, são elementos fundamentais na composição destas equipas para garantir o sucesso da ligação às realidades do terreno.

A GESTÃO CINEGÉTICA DA CAÇA MENOR

Enquanto atividade mais antiga praticada pelo Homem, a caça condicionou profundamente



te a nossa evolução, garantindo o aporte proteico necessário a uma melhor saúde e resistência às doenças infecciosas e melhorando a capacidade de resposta a muitos desafios [8]. Efetivamente, é impossível adivinharmos o que teria sido o Homem sem a caça.

Atualmente, a caça e as atividades que lhe são afins, como o turismo cinegético, o turismo rural e a gastronomia, constituem uma atividade econômica e cultural muito relevante e enraizada na Península Ibérica. Contudo, é no seu domínio de intervenção sobre a preservação da natureza e conservação das

A alternativa à atividade cinegética para fins de conservação, seria um regime integralmente financiado pelo Estado o que é economicamente inviável

espécies, que a caça se reveste da maior importância.

É inegável o profissionalismo e entrega com que muitos caçadores e proprietários rurais se dedicam à atividade cinegética, e aos processos que lhe estão a montante, investindo recursos próprios em atividades que não podem receber outro rotulo que não o de “conservação. Os seus esforços, por todo o território nacional, na

disponibilização de alimentos, na alocação de áreas para reprodução dos animais, e no controlo da predação, são imprescindíveis no contexto atual para garantir a conservação de muitas espécies silvestres. O desaparecimento progressivo da atividade cinegética, que se vem verificando há já algumas décadas, trará seguramente inúmeros problemas de gestão de habitat e de espécies silvestres

COELHO-BRAVO

O coelho-bravo é autóctone da Península Ibérica. Nas últimas décadas, as populações de coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus* algirus e *O. c. cuniculus*) sofreram uma diminuição acentuada, em número e distribuição geográfica. Estima-se que, atualmente, subsistam apenas 5 a 10% das populações que existiam há 50 anos atrás [9]. Na Península Ibérica, o coelho-bravo é uma das espécies chave dos ecossistemas mediterrânicos, sendo uma das principais presas de, pelo menos, 27 espécies de aves de rapina e 11 espécies de carnívoros, entre outras. Entre estas, destacam-se algumas espécies emblemáticas, como o lince-ibérico (*Lynx pardinus*) e a águia-imperial (*Aquila adalberti*), ambas com estatuto de conservação ameaçado. O coelho-bravo integrou em 2019 a lista de espécies ameaçadas da International Union for Conservation of Nature (IUCN).



No coelho-bravo, a doença hemorrágica viral continua a constituir a causa de mortalidade mais relevante. Nos primeiros semestres de 2018 e 2019, 70% dos cadáveres encontrados no campo e remetidos para o INIAV, testaram positivamente a RHDV2. Após a emergência de um novo vírus da mixomatose em lebres em finais de 2018, o número de casos aumentou progressivamente em Portugal. Em 83% das 53 lebres encontradas mortas entre julho e dezembro de 2019, foi detetado o vírus da mixomatose.

que dificilmente serão colmatados com outros meios.

O CONSUMO DA CAÇA MENOR

A legislação Portuguesa determina que a inspeção de caça menor não é obrigatória desde que seja para consumo do próprio. As disposições relativas à higiene do abate das aves, coelhos, lebres, codornizes e colocação no mercado das respetivas carnes, estão estipuladas na Secção IV do Anexo III do Reg. CE nº 853/2004 de 29/04.

As disposições relativas ao comércio de pequenas quantidades de espécimes de caça constam da Portaria n.º 74/2014 de 20 de mar-

PERDIZ-VERMELHA

A perdiz-vermelha (*Alectoris rufa*), por ser relativamente abundante em quase todo o território nacional, e pelas suas características de voo é provavelmente a espécie cinegética mais apreciada pelos caçadores ibéricos, a par do coelho-bravo. Nesta espécie tem sido verificada também a diminuição abrupta em algumas áreas do território. A fragmentação dos territórios, também resultante da intensificação da agricultura, e a utilização sistemática de pesticidas nas culturas intensivas, conduziram também à deterioração dos habitats preferenciais para estas espécies. O hibridismo, com outras espécies introduzidas constitui uma preocupação para a preservação desta espécie.



ço. Relativamente ao comércio de caça selvagem entre caçador e consumidor final, é possível realizar-se desde que em pequenas quantidades regulamentadas pelo artigo 7º da referida portaria, sendo por exemplo em número de uma lebre por dia, dois coelhos-bravos por dia e três exemplares de perdiz-vermelha por dia. Importa dizer que por parte do caçador, não é permitida outra operação para além da evisceração, que o fornecimento deve concretizar-se no prazo máximo de 24 horas e que devem ser acompanhados do documento de acompanhamento oficial (modelo Mod. 719A), da Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV).

Os produtores de espécies cinegéticas criadas em cativeiro, tal como os caçadores ou suas associações e organizações, podem colocar no mercado para consumo humano as peças de caça resultantes da sua atividade, devendo para isso terem formação que os classifique como «pessoa devidamente formada»,

entendendo-se por isso estar “na posse de conhecimentos de anatomia, patologia e higiene” da espécie em causa. Acresce que, a carne de caça menor selvagem só pode ser comercializada se a carcaça for transportada para uma instalação de tratamento de caça logo que possível após o exame pela «pessoa devidamente formada».

A SAÚDE DA CAÇA MENOR

O coelho-bravo e a lebre-ibérica, enquanto espécies chave do nosso ecossistema, necessitam urgentemente de medidas que contrariem a sua diminuição populacional crónica. O coelho-bravo e a lebre-ibérica têm sido, nos últimos anos, alvo de estudo sistemático, só possível no âmbito do projeto «Coelho» (Despacho n.º 4757/2017 de 31 de maio, MAFDR) que decorre desde agosto de 2017. A enorme fragilidade destas espécies e a dificuldade em responder eficazmente às expectativas e anseios do setor cinegético foram as primeiras constatações da equipe deste projeto. Este projeto tem permitido monitorizar as populações selvagens através de amostragens oportunistas em eventos venatórios e identificar a causa de morte em animais encontrados mortos. Até à data, os dados recolhidos permitem confirmar a relevância destas infeções na mortalidade de coelho-bravo, e monitorizar a emergência e evolução da mixomatose em lebre-ibérica. Está em curso o desenvolvimento e aplicação de medidas práticas para alavancar a recuperação destas espécies.

De entre as doenças infecciosas que afetam os leporídeos, são de destacar as de etiologia viral, nomeadamente a Mixomatose e a Doença Hemorrágica Viral, por serem doenças epidémicas de grande impacto nas populações e cujo controlo na natureza é extremamente difícil.

Contudo, outras doenças de impacto persistente, que desafiam insidiosa e permanentemente os animais, merecem também a nossa atenção. Entre estas, podemos considerar os vírus com potencial imunossupressor, como o recém descrito herpesvírus na lebre-ibérica (LeHV-5), e algumas bactérias, como por exemplo a Pasteurela, frequentemente associada a infeções secundárias, ou alguns parasitas, como os Cisticercos (formas larvares da *Taenia pisiformis*), cujo potencial negativo é enorme tanto no coelho-bravo como na lebre-ibérica. De salientar igualmente que as lebres são sensíveis à infeção pela bactéria *Francisella tularensis*, agente da tularémia. Esta doença é uma zoonose, já identificada em Espanha e Portugal (neste último apenas em leporídeos silvestres, por métodos moleculares). Dependendo da rota de infeção estão descritas as formas ulceroglandular (mais frequente na Península Ibérica), glandular, oculoglandular, orofaríngea, pneumónica, tifoide e séptica da doença. O rastreio desta doença é importante em Portugal, dada a perigosidade que apresenta para a saúde do Homem, sendo necessário o envio de cadáveres suspeitos para exame laboratorial. No âmbito da estratégia sanitária das aves cinegéticas, destacam-se três doenças de etiologia viral, pelo seu impacto na conservação e rentabilidade das espécies selvagens e domésticas, e na saúde pública: a gripe aviária, que afeta múltiplas espécies (Homem, suínos, aves, equinos, etc), a febre do Nilo Ocidental, que afeta aves, equinos e o Homem, e a doença de Newcastle, que causa surtos com mortalidade elevada em rola-brava (*Streptopelia turtur*). De etiologia bacteriana devemos ainda realçar a tuberculose em pato trombeteiro (*Anas clypeata*), que surge com maior risco naquelas aves que efetuam grandes migrações na Europa que os predispõem ao contágio e infeção. Tratando-se também de uma zoonose perigosa para o Homem, é obrigatório um exame cuidadoso dos órgãos internos com rejeição das aves caçadas que apresentem granulomas sólidos com cerca de 5 mm de diâmetro e coloração amarela indicativos de tuberculose.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- McDiarmid, A. (1972). *British Veterinary Journal*, 128(6), 277-283.
- Ross J. Br Vet J. 1972;128(4):172-176.
- Liu SJ et al. (1984). *Anim Husb Vet Med*, 16:253-255.
- Alexanderz DJ. *Vaccine*. (2007) Jul 26;25(30):5637-44.
- Hayes EB et al. (2005) *CDC Emerg Infect Dis* 11(8):1167-1173.
- WHO. *Bovine spongiform encephalopathy*. 2002. Archived from the original on 18 December 2012. Retrieved 27 October 2018.
- Shearer KE et al. *Can Vet J*. 2014;55(3):240-248.
- Liebenberg L. *J Hum Evol*. 2008;55(6):1156-1159.
- Smith, A.T. & Boyer, A.F. 2008. *Oryctolagus cuniculus*. The IUCN Red List of Threatened Species 2008.
- Delibes, M., et al. (Eds.), *Proceedings of the World Lagomorph Conference* (1979). University of Guelph, Ontario, pp. 654-663.
- Carvalho, CL., et al. (2020) *Veterinary Record Case Reports*.
- Abade dos Santos et al. (2020) *PLoS ONE* 15(4).
- Dias, A. 2006. *Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Gestão e Conservação da Natureza*. Universidade do Algarve.
- Espinosa, J. et al. (2020). *Animals*, 10(1), 158.
- Munster, V.J. et al. (2007). *PLoS Pathogens*, 3, 0630-0638.
- Dimitrov KM et al. (2016) *Infect Genet Evol*, 39:22-34.
- Fragoso, C. et al. (2019). *Livro de Resumos da Cimeira da Fauna e Gestão Cinegética*, em Oeiras, 28-29 de junho, pp. 55-56.